



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

137

**HABEAS CORPUS N° 0201436-8**

**IMPETRANTE:** Carlos Antônio Gonçalves da Silva

**PACIENTE:** Charles Tavares de Lima

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Nilton de Araújo Barbosa

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO COM TRÂMITE REGULAR. PROCESSO COMPLEXO. INSTRUÇÃO CRIMINAL PRATICAMENTE CONCLUÍDA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. ANTECEDENTES PELA PRÁTICA DE DELITOS CONTRA O PATRIMÔNIO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. O processo se encontra tramitando normalmente e na iminência de ter a instrução criminal encerrada. A dilação da instrução processual se encontra acobertada pelo princípio da razoabilidade, em razão de ser o feito complexo e possuir 03 (três) acusados;
2. A necessidade da manutenção da prisão preventiva foi devidamente exposta e fundamentada pela magistrada *a quo*, que fundamentou a constrição cautelar como imperativo à garantia ordem pública;
3. Ordem Denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0201436-8, em que figura como impetrante Carlos Antônio Gonçalves da Silva e como paciente Charles Tavares de Lima, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

138

**HABEAS CORPUS N º 0201436-8**

IMPETRANTE: Carlos Antônio Gonçalves da Silva

PACIENTE: Charles Tavares de Lima

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

**RELATÓRIO**

O Advogado Carlos Antônio Gonçalves da Silva impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Charles Tavares de Lima, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 226.2008.005197-0.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito, acusado da prática do crime de roubo duplamente qualificado, previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro, e, por ocasião do recebimento da denúncia (fl. 26), foi decretada a prisão preventiva.

Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que se encontra preso há mais de 01(um) ano, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada, pleiteando, assim, o relaxamento da prisão. Pugna, ainda, pela revogação do decreto de prisão preventiva e a consequente expedição do alvará de soltura.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 06/53.

Pleito liminar indeferido às fls. 59/60.

A autoridade impetrada prestou informações às fls. 67/68.

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra do Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela **denegação da ordem**, às fls. 76/77.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

139

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, a presente ordem de Habeas Corpus foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra segregado por força de decreto de prisão preventiva, acusado de praticar o delito esboçado no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Inicialmente, o impetrante sustenta a existência de excesso prazal para a formação da culpa e que a configuração de tal constrangimento levaria ao relaxamento da custódia provisória.

Entretanto, observamos das informações prestadas pela autoridade impetrada que a instrução processual resta praticamente concluída. Nos autos criminais já consta a oitiva de todas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, tendo sido o interrogatório do paciente e demais denunciados designado para o dia 22/12/2009 (segundo informações obtidas no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça), ocasião em que será definitivamente ultimada a instrução.

Portanto, além de se observar o transcurso normal do feito e a iminência do encerramento da instrução processual, levando em conta a complexidade do processo, que conta com 03 (três) réus denunciados, pode-se ter como razoável o pequeno prolongamento da instrução. Por isso, entendo não ser possível o relaxamento da prisão do paciente, até porque, a autoridade apontada como coatora, quando das informações, justificou devidamente a necessidade da manutenção da constrição cautelar, no momento em que declinou ser *"o delito imputado ao paciente (...) de natureza grave, responsável por indiscutível perturbação à ordem pública, exigindo, salvo melhor juízo, uma postura mais severa acerca da concessão da liberdade, a fim de não fomentar a idéia de impunidade e, com isso, estimular o cometimento de novos ilícitos. Tal entendimento é corroborado no fato do Paciente já possuir antecedentes por delito de roubo nas Comarcas de Recife e Igarassu (...). Desse modo, a custódia do Paciente, permissa vênia, deve ser mantida, em respeito ao interesse público"*.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

140

Com base na transcrição do enxerto retro, também, percebemos a inviabilidade de se conceder o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente.

O impetrante não trouxe argumentos técnicos -jurídicos quanto à insurgência relativa a prisão preventiva, a qual pretende ver revogada. Na verdade, o causídico se ateve meramente a elencar o pedido, sem, contudo apontar argumentos que demonstrassem a verossimilhança das alegações de que não mais estariam presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Todavia, observa-se dos autos que o paciente responde a outros processos criminais, em outras duas comarcas, demonstrando conduta voltada à prática de crimes contra o patrimônio. Desta forma, com o objetivo de resguardar a ordem pública, resta impossível a revogação da prisão preventiva.

O Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, confirma tal posicionamento, quando expõe em seu parecer que "(...) não existem motivos que justifiquem a revogação da prisão preventiva do paciente, até porque já possui ele antecedentes por delitos da mesma natureza cometidos nas Comarcas de Recife e Igarassu, fatos esses que denotam sua inclinação para a prática criminosa e a necessidade de mantê-lo segregado, para resguardo da sociedade que costuma ofender com a sua conduta" (fls. 144/145).

Por tais razões, verifico que inexistente qualquer constrangimento ilegal a ser sanado por meio da presente ordem.

Em face de tudo o que foi narrado acima, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator